

APACEF/RJ comemora 28 anos preocupada com a conjuntura atual dos economiários

Em momento histórico, a APACEF/RJ estará comemorando 28 anos de lutas e conquistas, dia 07 de agosto, a partir das 13h30, no Auditório do Edifício Sede da Caixa, na Av. Almirante Barroso. E para festejar a data, realizará uma palestra intitulada *Previdência Complementar — Política de Investimentos dos Fundos de Pensão*, com palestrantes ligados aos maiores fundos de pensão do País. Você, associado, está convidado. Venha discutir, trocar idéias e celebrar mais um aniversário de nossa Associação.

Por que discutir previdência complementar neste momento de festa e de reflexão? Vale ressaltar que o setor cresce a taxas médias de 15% ao ano e que a expectativa é de maior participação com a possibilidade de criação dos planos instituídos ou associativos, que estão regulamentados a quatro anos, e que, começam a despontar no mercado com grande força. Fundações como Petros e Previ, já abocanham como gestores das entidades fundadas por outras categorias, parte do segmento detentor de um patrimônio avaliado pela Abrapp (Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada) em R\$ 461 bilhões e que pode dobrar nos próximos 10 anos.

Essa injeção de recursos no mercado

Superávit não pode ser devolvido para as patrocinadoras

A Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão (Anapar) informa em boletim eletrônico, disponível no site www.anapar.com.br, que a legislação é relativamente vaga ao tratar da destinação do superávit. De acordo com a entidade, a lei complementar 109 prevê que o superávit seja usado obrigatoriamente para compor uma reserva de contingência de até 25% das reservas matemáticas do plano. Ainda segundo a Anapar, se o excedente superar esse percentual, tal valor excedente terá de ser contabilizado como reserva especial para revisão de plano. E mais: “A revisão será obrigatória ao final de três exercícios con-

secutivos de saldo na reserva especial. Se a revisão de plano implicar em redução de contribuições, será obedecida a mesma proporção em que as contribuições foram feitas”.

A Anapar esclarece ainda que a lei não especifica o significado de “revisão de plano”. Diz, por fim, ser possível entender por “revisão de plano” o ajuste de premissas como a redução da taxa de juros (projeção de menor rentabilidade para os investimentos) e a revisão da tábua de mortalidade, adotando outra mais conservadora. Conforme a Anapar, “revisão de plano” pode ser a redução ou a abolição das

contribuições pessoais e patronais, e também pode ou deve ser a melhoria de benefícios dos participantes.

Fenae e Anapar se posicionam contra devolução de superávit

Há entendimento de que o superávit acumulado é decorrente, sobretudo, da rentabilidade das aplicações das entidades de previdência complementar, superiores às metas atuariais. E mais: o tema da destinação do superávit foi para a pauta do sistema devido ao resultado dos balanços das entidades e às justas reivindicações de melhoria dos benefícios colocadas pelos participantes.

há fins lucrativos, e todo o lucro é revertido para o patrimônio do plano, ampliando o valor da aposentadoria. O custo para os beneficiados também é muito baixo ou zero.

A Petros acaba de vencer concorrência para a gestão da previdência da Unimed-BH, chegando a 10 planos instituídos sob sua administração, atendendo a mais de 30 sindicatos e associações. Wagner Pinheiro de Oliveira, presidente da Petros, adianta que “é um mercado forte e que devemos atacar para buscar mais clientes”. E a Funcef? Está inserida em todo este contexto procurando a sua fatia no bolo. Assim esperamos.

É lógico que tamanha expectativa favorável gere preocupações e desafios com vistas à proteção dos direitos dos

participantes e assistidos dos planos de benefícios. Entre os desafios está a criação da Previc (Superintendência Nacional da Previdência Complementar), vinculada ao Ministério da Previdência Social com o objetivo de aprimorar institucionalmente, a estabilidade e o fortalecimento da previdência complementar. Em recente cerimônia comemorativa dos cinco anos da Previdência Associativa, uma modalidade de previdência complementar direcionada para os sindicatos, cooperativas e associações de classe, o Ministro José Pimentel afirmou ser um do compromissos do governo Lula a criação da Previc. Que possibilitaria estimular a educação previdenciária, bem como aumentar a sua capacidade de supervisão e, portanto, seu fortalecimento. Ao todo seria um universo atual de 250 associações de classe, sindicatos e cooperativas com uma reserva acumulada de R\$ 248 milhões, mais, 370 fundos de pensão com valores superiores de R\$ 430 bilhões.

A Fenae e a Anapar entendem que o superávit dos planos não decorre do excesso de contribuições, como as patrocinadoras costumam alegar, mas sim da rentabilidade superior ao mínimo previsto atuarialmente. Também defendem a tese de que as reservas do plano de benefícios, inclusive os excedentes, são recursos do plano e de seus participantes, não cabendo às patrocinadoras qualquer direito à devolução. As duas entidades acham que o tema deve ser tratado pelo CGPC para disciplinar os ajustes de premissas atuariais, a suspensão ou eliminação de contribuições e a melhoria de benefícios dos participantes.



Guilherme Lacerda, Wagner Pinheiro e Sérgio Rosa, presidentes dos três maiores fundos de pensão do país

RECUPERAÇÃO DE PERDAS

Pesquisa revela perfil de sócios com direito a descontos na aquisição de medicamentos

Dois meses foram necessários para que a APACEF/RJ mobilizasse o setor de Telemarketing cuja finalidade é revelar, através de pesquisa, o perfil do seu quadro social, buscando resgatar a qualidade de vida e a auto-estima. Segundo a coordenadora da pesquisa, Elineide Alcântara Coragem, “a pesquisa visa auxiliar ao Programa de Aquisição de Medicamentos da APACEF/RJ junto à Caixa que está sob a coordenação geral da Drª Vera Lúcia F. Moraes”. E acrescentou: “Esse levantamento é um raio-x que vai dar subsídios às ações que serão implementadas. Muitas vezes, o associado desconhece os benefícios do Saúde Caixa, como os cuidadores domiciliares, tratamento clínico-geriátrico, inclusive que têm direito a custeio de medicamentos”. Elineide faz um apelo ao quadro social para participar da pesquisa que é essencial no reembolso de medicamentos.

até R\$ 100,00 para adquirir seus remédios. Apenas três pessoas afirmaram receber gratuitamente medicamentos. 1%, correspondente a cinco pessoas, economiários não opinou.

Outro dado elucidativo da pesquisa mostra o poder aquisitivo dos entrevistados. Com base em dados estatísticos do IBGE, o levantamento mostra que 45%, classe C, ganham de quatro a dez salários mínimos; 22% recebem mais de 10 salários mínimos; 18% disseram que ganham de 1 a três salários; número importante da pesquisa (14%) não quis responder. E 1% ganha um salário mínimo, mas não compra remédio por falta de recursos.

Doenças crônicas

Um grupo expressivo de pessoas — aposentados e pensionistas — acima de 75 anos, convive com as doenças crô-



Os operadores de Telemarketing Rafael Machado, Thiago Abreu, Arthur Gil Montenegro Danilo Cerqueira

apostados: hipertensão (50%), artrite/reumatismo (34%), doenças do coração (25%) e diabetes (20%).

Informação relevante da pesquisa revela que 50% consideram a saúde muito boa, porque 75% dos entrevistados vão regularmente ao médico, três ou mais vezes.

Desconto em medicamentos é recuperação salarial

Na opinião da Drª Vera Lúcia F. Moraes, diretora de Saúde e Bem-Estar da APACEF/RJ, os descontos ofertados na aquisição de medicamentos representam uma recuperação nos proventos dos associados. “Se tivermos 51%, que gastam entre R\$ 100,00 e R\$ 500,00, qualquer benefício que consigamos de recuperação de salário é no mínimo de R\$ 300,00, ou seja, são o equivalente a 10% dos proventos, isso para esse universo”.

Drª Vera considera importante que todos participem desse projeto. Ela destaca um exemplo para aqueles que gastem, por exemplo, R\$ 500,00 que economizam 25% dos seus proventos. “Isso é importante tanto para os aposentados quanto para os ativos, pois as doenças metabólicas estão chegando mais precocemente nos ativos, notadamente nos lotados em unidades de ponta da Caixa”.

Ela salienta que o projeto tem alcance social imenso, “pois qualquer custeio de medicamento representa mais comida na mesa do economiário”. Drª Vera Moraes faz questão de frisar um dado que considera alarmante. “Há colegas que ganham um salário mínimo de proventos e gastam R\$ 500,00 com medicamentos, tendo que no final da vida necessitar de terceiros para sobreviver. Uma autêntica decadência social”, conclui.

“Há colegas que ganham um salário mínimo de proventos e gastam R\$ 500,00 com remédios, tendo que necessitar de terceiros para sobreviver. Uma autêntica decadência social”

O levantamento revela que, das 836 pessoas entrevistadas (40%), de um total de 2.113 associados, 60% gastam seus proventos, entre R\$ 100,00 e R\$ 500,00, com medicamentos.

A pesquisa mostra ainda que 20% desembolsam com remédios valores acima de R\$ 500,00 e, por fim, 19% destinam

nicas, consideradas por instituições médicas como epidemia que acometem a população de idosos. São elas: doenças do coração, artrite, reumatismo, hipertensão, diabetes, doença renal crônica. O levantamento realizado pela APACEF/RJ mostra percentuais importantes que acometem os economiários